

AQUINO DE BRAGANÇA E O PROBLEMA DA DEFINIÇÃO CORRECTA DO INIMIGO: Uma abordagem preliminar

*Aquino de Bragança and the problem of the correct definition of the enemy: a
preliminary approach*

DARCH, Colin¹

Resumo

A “geração Amílcar Cabral” estava profundamente preocupada com a questão teórica da correta identificação do inimigo durante a luta armada de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, bem como com o reconhecimento da unidade da luta contra colonialismo português. No âmbito dos movimentos de libertação, esta preocupação estendeu-se à formação político-militar e à educação das massas nas zonas libertadas. Um importante contributo para o debate foi a coletânea de textos em três volumes, organizada por Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein e publicada em português em 1978. Aquino, embora nunca tenha aceite qualquer cargo político ou diplomático em Moçambique, foi uma figura importante nas iniciativas de colaboração desde a década de 1950 e desempenhou papéis importantes, ainda que discretos, em vários momentos, tanto antes como depois da independência. Contudo, a sofisticação da análise diminuiu drasticamente após a independência com o desaparecimento do inimigo principal, e a questão quase desapareceu do discurso político moderno.

Abstract

The “generation of Amílcar Cabral” was deeply concerned with the theoretical question of the correct identification of the enemy during the armed struggle for national liberation in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique, as well as recognition of the unity of the struggle against Portuguese colonialism. Within the liberation movements, this concern extended into politico-military training programmes as well as mass education in the liberated zones. A major contribution to the debate was the three-volume collection of primary texts edited by Aquino de Bragança and Immanuel Wallerstein and published in Portuguese in 1978. Aquino, although he never accepted any political or diplomatic appointments in Mozambique, had been an important figure in collaborative initiatives from the 1950s onwards, and played important but low-key roles in several moments both before and after independence. However, the sophistication of analysis dropped sharply after independence, with the disappearance of the primary enemy, and the issue has largely disappeared from modern political discourse.

Palavras-chave: *África lusófona; Lutas de libertação nacional; Aquino de Bragança; Teoria política.*

Key-words: *Portuguese-speaking Africa; Liberation struggles; Aquino de Bragança; Political theory.*

Data de submissão: outubro 2025 | **Data de publicação:** dezembro 2025.

¹ COLIN DARCH – University of Cape Town, Democratic Governance and Rights Unit, Department Member, SOUTH AFRICA. Email: colin.darch@uct.ac.za

Não bastava pôr fim ao sistema colonial português. Era preciso fazê-lo partindo de uma teoria e de uma prática que não imitasse fosse no que fosse os métodos e modelos do inimigo. A experiência das independências dos anos 1960 tinha demonstrado que só um dos símbolos tinha sido decapitado (neste caso o branco) e que a única solução consistia em atacar as raízes do sistema [...] A luta contra o sistema colonial tinha necessariamente de passar por uma ruptura a todos os níveis: concepção da história, concepção das relações sociais, económicas e políticas

(Centro de Estudos Africanos, 1983, p.4)

Com base numa ideologização completa da política [...] a distinção entre inimigo e criminoso chega ao fim — e agora não apenas numa fase revolucionária, mas permanentemente. Da mesma forma, a distinção entre civil e militar começa a diluir-se. Isto significa, naturalmente, que a figura central do inimigo interno passa a ser criminalizada. Mas o inimigo externo é também criminalizado, o que resulta numa situação em que as guerras, tanto internas como externas, passam a ser travadas não só contra exércitos, *mas também contra [...] ideologias, sociedades, formas de vida e modos de produção*

(Galli, 2009, p.208, grifo nosso)

O Contexto: a Definição do Inimigo nas Lutas de Libertação

Ao celebrarmos o meio século das independências de Angola e Moçambique – e um período ainda mais longo no caso da Guiné-Bissau – a nossa atenção é prestada, antes de mais nada, nas diversas lutas armadas de libertação nesses países, guerras anticoloniais travadas em resposta à intransigência do regime fascista português da época. Estas lutas conduziram às formas de independência que agora celebramos, sem refletirmos suficientemente, ousar sugerir, sobre a inevitabilidade dos resultados alcançados. Apesar da crença de que “a vitória é [ou era] certa”, o historiador florentino Guicciardini salientou mesmo no século XVI que era um erro “ [...] pensar que a vitória de uma causa depende da sua justiça [...] Não é o direito, mas a prudência, a força e a boa sorte que trazem a vitória [...] ter uma causa justa pode ser indiretamente útil, mas é errado acreditar que possa ser de uso direto” (1994, p.66). Claro que, se a vitória não era de fato predestinada, ainda mais um motivo para celebra-la, bem como analisar se as formas realizadas das independências também eram ou não eram inevitáveis (Larmer e Lecocq, 2018).

Em todo o caso, nas colónias portuguesas de África, estas lutas foram dirigidas por uma extraordinária geração de líderes políticos africanos, homens e mulheres de ação que compreendiam muito bem a importância da *teoria política* na luta: Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Mário Pinto de Andrade, Samora Machel, e muitos outros. Entre estes outros, encontravam-se figuras que, embora nunca tenham assumido funções abertamente da liderança política, exerceram, no entanto, uma influência significativa no pensamento e na prática dos movimentos de libertação; Aquino de Bragança foi exatamente uma dessas figuras.

Um dos textos da época que foi muito influente era o de Amílcar Cabral, *A Arma da Teoria*, originalmente uma palestra proferida em Cuba em 1966, na qual ele defende primeiro que “não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo” (Cabral, 1980, p.23). Em segundo lugar, continua argumentando que “se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda *ninguém praticou vitoriosamente uma revolução sem teoria revolucionária*” (Cabral, 1980, p.26, grifo nosso). Cabral entendeu bem que a luta de libertação em Cabo Verde e na Guiné-Bissau *não era uma luta simplesmente contra os portugueses*, lembrando-se repetidamente aos seus camaradas que “não confundimos a exploração ou os fatores de exploração com a cor da pele dos homens; não queremos mais a exploração no nosso país, mesmo feita por Negros” (Cabral, 1965). De facto, as suas primeiras lutas políticas nem sequer foram travadas em nome do povo guineense: em 1966, recordou que durante o seu período como estudante em Portugal, “antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, *lutamos pelo povo português*” (Dias, 2022, p.86, grifo nosso).

Neste contexto, uma das questões teóricas fundamentais, que preocupou Cabral e os seus camaradas ao longo das décadas de 1960 e 1970, e aliás até aos primeiros anos da independência, foi a correta “identificação do inimigo,” tema que percorre como fio condutor grande parte do discurso do período – nos escritos de Agostinho Neto, nas falas de Samora Machel, na documentação da Frelimo, e assim por diante. Samora Machel repetia a mesma ideia várias vezes em entrevistas e discursos improvisados, por exemplo durante a Viagem Triunfal de Maio-Junho 1975: “Quem é o nosso inimigo? Aqui em Moçambique nós temos pretos, temos brancos [...] temos indianos que nunca conheceram a Índia [...] outros pretos engajavam-se no exército colonial contra nós” (Machel, 1975b).

Mas este foi também um dos pontos-chave de *desacordo* entre os movimentos agrupados em torno da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (a CONCP) e uma outra tentativa malsucedida de “criar um organismo unitário paralelo, mas sem resultado” (Pinto de Andrade, 1997, p.174). Este foi o chamada e efêmera “Aliança do Congo” em Leopoldville, composta pela UDENAMO, o PAC, o SWANU e, durante algum tempo, a ZANU (Tornimbeni, 2022, p.1106-1110): o que “gerou os conflitos mais acalorados foi a composição ‘racial’ dos movimentos de libertação [...] e a *definição do inimigo na luta anticolonial*” (Tornimbeni, 2022, p.1109, grifo nosso). Claro que estes dois aspetos estavam profundamente interligados, como Neto explicou numa mensagem radiofónica transmitida em Junho de 1968:

[...] não estamos em vias de travar uma guerra racial. O nosso objectivo não é combater o homem branco, apenas porque é branco. O nosso objectivo é combater aqueles que apoiam o regime colonial [...] Se desprezarmos esta formidável força que é representada pelos progressistas de todo o mundo e pelos países subdesenvolvidos, baseando-nos nas diferenças raciais, estaríamos a cavar a nossa própria sepultura (Bragança e Wallerstein, 1978, vol. 2, p.277).

Por outras palavras, a luta pela libertação – mais ambiciosa do que uma mera independência nacional – não poderia ser enquadrada, e não deve ser enquadrada, como se fosse uma luta pela libertação dos negros da dominação branca. Esta é a primeira parte de uma definição negativa – o que o inimigo não é – e conduz logicamente a um segundo elemento, que é a definição negativa do objetivo da luta; evitar a substituição da cara do explorador branco pela do explorador negro. Em outras palavras, alcançar uma verdadeira transformação social. Esta posição era incompatível com o nacionalismo étnico dos movimentos da Aliança do Congo, para quem a luta era na sua essência entre negros e brancos, e gerou diversos resultados infelizes; por exemplo, a ZANU adotou o slogan “nós somos os nossos próprios libertadores” no seu congresso de fundação em Maio de 1964 (Sithole, 1974) e a suspeita em relação aos brancos militantes persistiu em vários movimentos de libertação durante décadas. Em 1967, a ZANU era capaz de generalizar sobre a população branca da Rodésia que “*na sua totalidade, se uniram ao grupo de fascistas brancos*” e que “*todos eles exercem o seu direito colonialista de humilhar o africano por nenhuma outra razão senão por ser negro*” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.2, p.273).

Entretanto, num discurso proferido na Universidade de Dar es Salaam em Fevereiro de 1974, Neto identificou três aspetos deste problema; havia, argumentava, uma necessidade

[...] de ver o problema com clareza e de responder claramente a estas questões [...] quem é o inimigo? O que é o inimigo? Qual é o nosso objetivo? As respostas a estas perguntas [...] não dependem apenas do desejo de ser livre, dependem também do conhecimento e duma concepção do mundo e da vida, dependem da experiência vivida (Neto, 1974, p.15).

Esta preocupação não era exclusiva do MPLA em Angola, ou ainda aos movimentos nas colónias portuguesas. Mário Pinto de Andrade conheceu e interagiu, por exemplo, com o intelectual martinicano-argelino Franz Fanon em Paris, em meados da década de 1950. Fanon queria que os angolanos iniciassem imediatamente a luta armada e mostrou-se impaciente com a abordagem mais cautelosa do MPLA (Zeilig, 2021, p.120-121). No final Fanon optou por apoiar a UPA/FNLA de Holden Roberto, que era particularmente afeiçoada à posição de Fanon sobre a violência revolucionária. Onde os seus pensamentos convergiam era em a necessidade de desenvolver “uma imagem específica e precisa do inimigo” (Gabbas, 2021, p.30). Mas as posições de Pinto de Andrade e outros eram “notoriamente incompatíveis com as teses defendidas por Fanon sobre o papel destruidor da violência na libertação dos oprimidos” (Duarte Silva, 2024, p.56).

Para o MPLA e a FRELIMO, era mais do que um mero problema teórico; era uma questão que precisava de ser incutida na prática dos próprios combatentes para que a luta fosse autenticamente vitoriosa. Sabemos, por exemplo, que a FRELIMO utilizou o processo da chamada “narração de sofrimento” contada por cada militante durante o treino em Nachingwea, para reforçar a ideia de que os colonos brancos não deveriam ser vítimas de ajustes de contas, e que o inimigo era sim *um sistema* e não portugueses individuais. Por exemplo, segundo o testemunho do enfermeiro militar João Naftal Chaúque, numa certa ocasião, um recruta em Nachingwea

[...] ao explicar-se, disse que o seu objectivo era treinar a manejar uma arma para, depois, *voltar para a sua aldeia e matar o branco que arrancara as suas terras*. Estas nossas narrações [...] eram, depois, usadas para a nossa própria formação política. Por exemplo, que nós não estávamos a lutar contra os brancos, mas contra o sistema colonial de opressão (Matusse, 2018, p.199, grifo nosso).

O MPLA igualmente tentou educar tanto os combatentes como os civis sobre a verdadeira natureza dos inimigos primários e secundários. Numa entrevista de 1968, Spartacus Monimambu, um comandante do MPLA na Região Leste e membro do Comité Central, explicou a posição do movimento:

O nosso inimigo primário é o colonialismo português. E o povo precisa de saber isto [...] nós fazemos esforços para educar o nosso povo contra o imperialismo [...] É muito importante que o nosso povo saiba isto [...] porque existem algumas organizações angolanas, como a UPA e o grupo de Savimbi, que estão a tentar incitar o povo contra todos os homens brancos e contra os mulatos. Dizem que todo o mulato é filho de um português e deve ser morto, e que todo o branco deve ser morto também [...] Não devemos seguir esse caminho [...] (Monimambu, 1973, p.32-33).

O Contributo de Bragança e Wallerstein

Podemos constatar assim que a primeira geração de líderes dos movimentos de libertação estava seriamente preocupada com as questões político-teóricas em torno da identificação do inimigo; debateram e divergiram sobre o assunto, integraram-no nos seus programas de formação político-militar, e continuaram a focar-se nele no período pós-independência.

Contudo, aquela que é provavelmente ainda a maior contribuição para a discussão do tema, era uma coletânea de textos em três volumes, intitulada *Quem é o Inimigo?*, organizada pelo intelectual moçambicano Aquino de Bragança em colaboração com o estudioso norte-americano Immanuel Wallerstein, e publicada em Lisboa (1978). Os textos incluídos foram originalmente compilados em 1973-1974 e o trabalho foi concluído por volta da altura do golpe de 25 de Abril em Portugal. Parece razoável supor que o projeto foi concebido tanto como uma intervenção política como académica, tanto mais que a premissa de trabalho antes do golpe português era a de que as lutas se prolongariam ainda por anos. Os autores manifestam explicitamente a esperança de que o seu trabalho se torne “uma ferramenta que [...] auxiliará na necessidade permanente de autocrítica” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22). Em termos do seu potencial público-alvo, os autores esperavam atingir três objetivos: primeiro “apresentar a perspectiva dos movimentos à opinião pública fora da África”; segundo, “proporcionar aos povos da África Austral o seu justo lugar no equilíbrio mundial das preocupações humanas”; e último, “ser lidos por africanos fora das Áfricas portuguesa e Austral” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22).

Wallerstein tinha reunido ao longo do tempo uma vasta coleção particular de documentação sobre os movimentos de libertação (Grier e Kinsman, 1977) e parece provável que o seu contributo essencial tenha sido o de disponibilizar este material para seleção – o que de forma alguma sugere que não estivesse profundamente envolvido na escrita e na análise. No entanto, Bragança e Wallerstein deixam claro que estão a trabalhar para salvar fontes frágeis e fugitivas que podem facilmente perder-se na história: documentação que “corre o risco de se perder ou, pelo menos, indubitavelmente, imergir na obscuridade” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.22). O primeiro volume tem um prefácio de Melo Antunes e, de seguida, apresenta uma “Anatomia do Colonialismo”; o segundo trata “Os Movimentos de Libertação Nacional”; e o terceiro volume centra-se em “A Estratégia de Libertação”. Na sua introdução os organizadores salientam que a maioria dos movimentos de libertação concorda em termos gerais, mesmo que pudessem também apresentar algumas divergências insignificantes. Por vezes, porém, a divergência é mais profunda, sobretudo porque “o próprio conceito de «nacionalismo» é, em si, ambíguo” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.20). De seguida, numa passagem fundamental, os autores descrevem o seu objetivo, enfatizando mais uma vez a *ambiguidade* como característica do desenvolvimento ideológico no seio dos movimentos de libertação:

A ambiguidade mais fundamental reside na *determinação dos oponentes primários (e secundários) contra os quais se deve lutar. Daí, o título da coletânea: Quem é o inimigo? É esta a interrogação fundamental sobre a qual existem divergências de pontos de vista, importantes e insignificantes. Não propriamente divergências, se se definir inimigo em termos gerais como «imperialistas» e «colonialistas». Mas quem são concretamente os agentes primários dessas forças em momentos e lugares dados representa uma questão em que os militantes honestos podem discordar, e discordam* (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.20, grifo nosso).

Alguns anos mais tarde, foi publicada em Londres uma edição em inglês, mas a editora mudou o título para o muito menos descritivo e ativamente enganador *The African Liberation Reader* (Bragança e Wallerstein, 1982). Numa resenha crítica desta edição inglesa, desconhecendo presumivelmente o princípio orientador original para a seleção dos textos – a identificação do inimigo – o Basil Davidson chegou a comentar que “alguns leitores encontrarão *omissões que os desiludirão*; outros questionarão o valor deste ou daquele item; e todos, inevitavelmente, pedirão mais. De um modo geral, parece-me que a selecção é tão boa quanto poderia ser, *dadas as limitações aceites*” (Davidson, 1984, p. 117-118, grifo nosso).

Seja isso como for, a coletânea na sua edição original é apresentada pelos organizadores com alguma subtileza; com efeito, fazem uma exigência explícita relativamente aos textos, escrevendo que “o leitor não se deve limitar a lê-os. Deve igualmente *ler e criticar*” (Bragança e Wallerstein, 1978, p.24, grifo nosso). O tema central é desenvolvido através da apresentação de múltiplos excertos de documentos não só de movimentos nas colónias portuguesas, mas também do Zimbabué, da África do Sul e da Namíbia; e não só de movimentos considerados politicamente autênticos, mas também da UNITA, do COREMO, da FNLA, da PAC, da SWANU, entre outros. Os organizadores reconheceram que este era uma “questão [...] delicada, que reside não em que textos se devem escolher, mas que movimentos” e também que “não existe uma solução fácil” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.1, p.23).

A Questão Goesa e o Papel Histórico de Aquino de Bragança

Embora Aquino de Bragança (1924-1986) seja talvez mais recordado hoje em dia como diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane no período pós-independência, é necessário conhecer um pouco mais sobre o percurso da sua vida e as suas ideias para compreendermos porque foi, muito provavelmente, o único autor possível da coletânea que acabei de descrever. Aquino (como era universalmente conhecido) não foi apenas um professor, um jornalista empenhado,² e um líder no desenvolvimento de métodos de investigação pioneiros (Sousa Santos, 2012, p.36-37); esteve também profundamente envolvido na política do seu tempo. Passou a sua vida inteira comprometido com a luta pela libertação de Goa, de Moçambique, e da África em geral. Aquino nasceu em 1924, na colônia portuguesa de Goa. Abandonou Goa quando era jovem e foi para o Moçambique colonial, mas depois, dececionado com o racismo que enfrentou lá, mudou-se para França, onde estudou ciências e começou a conviver com outros jovens radicais anticoloniais, tais como Marcelino dos Santos, Cabral, e outros, participando, por exemplo, na famosa reunião anticolonial de 1957 em Paris. Pode se dizer que o seu “universo intelectual”, durante o resto da sua vida, foi predominantemente francês e grande parte dos seus escritos se encontra naquele idioma (Mozambique History Net, 2011; veja também Bragança, 2009; Mondaini, 2014).

² Grande parte do seu trabalho jornalístico (em francês) nas décadas de 1960 e 1970, para publicações como *Afrique-Asie* e *L'Economiste du Tiers Monde*, está disponível no site Mozambique History Net em <https://www.mozambiquehistory.net/aquino.php>.

Após a independência em 1975, voltou a Moçambique, mas recusou qualquer nomeação política como ministro ou embaixador, querendo “apenas [...] um centro de estudos” – o Centro de Estudos Africanos (CEA) – para investigar e conhecer as realidades quotidianas do povo. Mesmo assim, como assessor de confiança de Machel, desempenhou múltiplas missões diplomáticas, empreendendo tarefas sensíveis e altamente discretas a serviço da revolução moçambicana. Morreu no desastre aéreo de Mbuzini, em outubro de 1986, ao lado do Machel. É evidente que Aquino compreendeu, ainda jovem, que o próprio Império Português necessitava de ser completamente desmantelado antes que as populações colonizadas pudessem ser libertadas. Era também evidente que o elo mais fraco, o fruto mais fácil de colher, era a Goa Portuguesa. Quando, portanto, apareceu uma oportunidade de pressionar o Governo da Índia a tomar medidas para libertar Goa, Aquino aproveitou-a, aparentemente com sucesso. Segundo o seu próprio testemunho numa palestra proferida em 1979, esta oportunidade surgiu em Outubro de 1961, no “Seminário sobre o Problema das Colónias Portuguesas”, realizado em Nova Deli, por iniciativa do primeiro-ministro indiano, Jawaharlal Nehru (Martins, p. 174; ver também PIDE, 1961).

[...] nesse colóquio, foram convidados todos os movimentos de libertação [...] das colónias portuguesas [...] Toda a gente [...] todos os movimentos estiveram lá presentes [...] a chefia foi dada à Marcelino dos Santos, que era naquelas alturas secretário-geral da CONCP. Tratava-se de um colóquio muito académico [...] mas os movimentos nacionalistas quando chegaram para lá, não estavam nada interessados em se engajarem debates académicos. Depois do levantamento de 1961 em Angola, nada era académico [...] Então, transformamos este debate académico num debate público sobre a questão de Goa. Toda a gente levantou os problemas de Goa [...]

No final do seminário, o governo indiano organizou uma espécie de recepção, que contou com a presença dos participantes, bem como a de Nehru, cuja principal preocupação política na altura eram as eleições gerais que se realizariam um pouco depois, entre 19 e 25 de Fevereiro de 1962. De qualquer modo, segundo Aquino, Nehru começou a conversar com Marcelino dos Santos, com Aquino a servir de intérprete de inglês:

[...] estivemos a conversar, e [Nehru] perguntou assim: ‘What can I do for you?’ – o que é que posso fazer por si? E eu puxei [Marcelino] pela manga e disse: diga lá umas coisas um bocado fortes. E o Marcelino do Santos [...] soube dizer em poucas palavras o muito que eu queria que a Índia fizesse. Disse: ‘what you can do for me is something that you can do for yourself’ – aquilo que você pode fazer por mim é qualquer coisa que você pode fazer por si próprio [...]

Isto visava, naturalmente, intervir em Goa, o que teria um impacto propagandístico desproporcional à importância da pequena e mal defendida colónia. Aquino e dos Santos compreendiam claramente que o seu inimigo era o sistema colonial português, e um golpe contra esse sistema seria um golpe totalizante a favor de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Assim,

[...] dos Santos disse o seguinte: ‘Oíça, se Goa for libertada e integrada na Índia, cairá o mito da unicidade do império.’ Este mito, império criado por Deus, divino – era uma concepção um bocado divina que tinham os portugueses [...] entre Deus, Padre e Filho, estava o Salazar e mais o Império.

Nehru, sendo político experiente, mudou polida e rapidamente de assunto e saiu para conversar com outros convidados. No entanto, o então Ministro da Defesa indiano, Krishna Menon, tinha ouvido a conversa e comentou com Aquino “este plano não vai fazer nada, não vai fazer nada [...] se quer que haja alguma coisa em Goa, é preciso meter isso na boca da imprensa”. E assim a história vazou para a imprensa – especificamente para o semanário progressista *Blitz*, e

[...] começou-se uma grande campanha de libertação de Goa e, praticamente, contra o desejo dos dirigentes indianos, contra o desejo do Senhor Nehru [...] fez-se a libertação da Goa (Bragança, 1979, grifo nosso).

Naturalmente esta narrativa é inteiramente anedótica e reconstruída a partir da memória de um participante. Nehru tinha respondido cautelosamente aos apelos anteriores de medidas em relação a Goa, argumentando que “temos de estabelecer prioridades, e nada é mais importante do que a paz no mundo. Tudo o resto tem um papel secundário (Gaitonde, 2018, p.248), mas o seminário proporcionou uma plataforma para ainda mais pressão. No seu discurso na sessão de abertura, Nehru admitiu que o seu governo aceitou a ideia do uso da força *como hipótese* mas para já preferiu “tentar resolver a questão pacificamente” (Gaitonde, 2018, p.249). Quando tinha a palavra, Marcelino dos Santos reconheceu a disponibilidade de Nehru para, pelo menos, considerar uma intervenção militar, mas realçou que “o maior contributo que a Índia poderia dar à luta de libertação das colónias portuguesas seria a integração de Goa, uma acção que destruiria, de uma vez por todas, a unidade da dita nação portuguesa” (Gaitonde, 2018, p.249-250). Na sessão de encerramento, Nehru voltou a referir a implementação de “outros meios”, e a resolução final do seminário incluía uma alínea afirmando que “a libertação de Goa será de grande importância na libertação das colónias portuguesas e é, por isso mesmo, um

assunto da maior urgência” (Gaitonde, 2018, p.251). O que é inequivocamente claro é que estes militantes estavam conscientes, na sua resposta à segunda pergunta de Neto acima citada — o que é o inimigo? — da necessidade de atacar o Império Português no seu ponto mais frágil.

Entretanto, em declarações proferidas em Abril de 1984, Mário Pinto de Andrade comentou que a invasão de Goa pelo exército indiano “não era exatamente o que nós exigíamos” no seminário. O que foi solicitado foi que “considerassem os movimentos de Goa como movimentos capazes de assumir a direcção de uma luta [...]” mas a ação precipitada do governo indiano “provocou uma crise, esteve quase a criar uma crise internacional no Conselho de Segurança” da ONU, e a invasão pode mesmo ser considerada como uma “um prolongamento da Conferência da CONCP” (Pinto de Andrade, 1997, p.168).

Apesar de nunca ter aceite um cargo diplomático oficial, Aquino foi mensageiro de confiança da liderança do Partido Frelimo sobretudo no período que se seguiu ao golpe em Portugal e durante a delicada transição para a independência em 1974-1975. Quando aconteceu o 25 de abril, foi Aquino quem Machel escolheu para ir a Lisboa e avaliar a situação, fazendo um balanço de quem na verdade detinha o poder. Tal como ele relata no seu artigo “Independência sem Descolonização” (Bragança, 1986) o seu conselho à FRELIMO foi de esperar pelas desfiles populares de primeiro de maio, para ver se houve ou não qualquer repressão dos manifestantes. Depois aconselhou negociar com os capitães progressistas, e não com os generais conservadores. Após a Independência e até à sua morte, Aquino continuou a realizar ocasionalmente missões diplomáticas discretas em nome do Governo moçambicano.

A CONCP: a Organização como Manifestação da Teoria

Como já vimos, o nascimento da CONCP – que até hoje tem recebido relativamente pouca atenção académica (Tornimbeni, 2022, p.1100)³ – foi o culminar de uma série de reuniões, discussões e trabalho organizacional clandestino. Aquino foi envolvido desde o início: esteve presente em 1957 em representação do Partido Popular

³ Para fac-símiles de alguns documentos do CONCP, ver Rocha (2002, vol. 1, p. 573-582); alguns outros documentos estão disponíveis no site *Struggles for Freedom: Southern Africa*, <https://www-jstor-org>, assinatura necessária.

Goês, na reunião seminal e clandestina no apartamento de Marcelino dos Santos em Paris (Rocha, 2002, vol. 1, p.134-137; Duarte Silva, 2024, p.43-44). Esta reunião contou com a presença de Amílcar Cabral, Guilherme do Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz, e estabeleceu o princípio de que os ativistas nas diferentes colónias estavam empenhados na luta *contra um inimigo comum*, uma percepção-chave no processo da definição. Conduziu diretamente à fundação em Lisboa do Movimento Anti-Colonialista (MAC), depois à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN) e, finalmente, em 1961, à CONCP, inicialmente sediada em Rabat (Rocha, 2002, vol. 1, p. 138-146 e 205-211). Era bastante explícita a sua função de apoio à colaboração entre os movimentos membros.

A organização foi criada numa reunião em Marrocos em Abril de 1961, na qual participaram representantes dos movimentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – e Goa esteve representada por Aquino de Bragança. Segundo Mário Pinto de Andrade, a escolha de Marrocos foi em grande parte consequência dos extensos “contactos com os marroquinos – Ben Barka, Balafrej, gente do Partido de Istiqlâl” de Marcelino e Aquino (Pinto de Andrade, 1997, p.110). O facto de Aquino se ter mudado a residência para Marrocos em 1958 abriu caminho “a possibilidade que ele teve de prosseguir ali os seus contactos, o que mais tarde levou à reunião (Pinto de Andrade, 1997, p.110). A CONCP assentava numa visão clara da necessidade de coordenação: a “Declaração Geral”, sob o lema “unidade, solidariedade, cooperação”, proclamava a unidade de acção contra o colonialismo português como uma posição estratégica essencial (Serrano, 2008, p.269-274).

Aquino tornou-se membro do secretariado, e em 1963, mudou-se a Argel para trabalhar no conselho editorial da revista *Révolution Africaine*, da FLN. Permaneceu na Argélia durante os onze ou doze anos seguintes, trabalhando para a CONCP e publicando amplamente em francês. Por coincidência ou não, a própria CONCP mudou-se também à Argélia por volta da mesma altura, após divergências políticas com o governo marroquino sobre a sua postura revanchista em relação à independência da Mauritânia (de la Serre, 1966).

Sabemos pouco sobre a realidade do funcionamento interno da CONCP ou sobre o papel de Aquino no seu seio, embora tenha sido, aparentemente, um ator “preponderante” na II Conferência da organização em Dar es Salaam em 1965 (Duarte Silva, 2024, p.158-159). No entanto, apesar da falta de detalhes sobre o funcionamento

da CONCP, Amílcar Cabral foi muito claro quanto à sua necessidade política, bem como ao seu carácter único na tentativa de forjar a unidade não só dentro, mas também entre os povos colonizados por Portugal.

Devemos reforçar a nossa unidade, não só em cada país, mas entre nós, povos das colónias portuguesas. A CONCP tem para nós um significado muito especial. Temos o mesmo passado colonial, aprendemos todos a falar e a escrever português, mas temos uma força maior ainda, talvez mais histórica mesmo: é o facto de termos começado a lutar em conjunto (Cabral, 1965).

Mas, defende Cabral, a organização não é apenas uma necessidade para as lutas de Angola e Moçambique, também representa algo novo. Isso, segundo ele, é motivo de orgulho, sendo a CONCP

[...] um exemplo para os povos de África [...] somos as primeiras colónias que se reúnem para discutir em conjunto, para planificar em conjunto, para estudar em conjunto os problemas [...] Isso não deixa de ser uma contribuição [...] para a história dos nossos povos. Não podemos deixar perder tudo o que já fizemos no âmbito da CONCP [...] Não será a CONCP capaz, amanhã, no âmbito da coordenação da nossa acção política e militar, de proceder de tal forma que o Governo português sinta a guerra no seu país? Eis a questão que vamos pôr na nossa conferência. Estamos convencidos de que isto não é um sonho: é um acto possível [...] (Cabral, 1965)

Vamos, conclui Cabral, transformar “a guerra colonial em guerra, muito simplesmente.”

Como Age o Inimigo: a Política da Simplificação

Como é que esta preocupação em definir o inimigo se reproduziu depois de o sistema colonial português – o adversário imediato – ter sido (aparentemente) derrubado? Depois de 1975, no nível mais básico, a questão passou a ser: contra quem estamos a lutar agora? O jornalista italiano Pietro Petrucci, da revista progressista parisiense *Afrique-Asie*, colocou esta mesma questão a Samora Machel em 1976, apontando para o facto de um “constante da luta da FRELIMO foi o que se chama uma definição correcta do inimigo.” Quem era o inimigo atual da FRELIMO, agora que a independência tinha sido conquistada? Machel respondeu detalhadamente, enfatizando o perigo de subestimar o inimigo, ou de acreditar que a vitória final tinha sido alcançada. O colonialismo era um inimigo demasiado óbvio: “o inimigo principal de ontem, o colonialismo, definia se pela sua natureza. Via-se [...] Não se arriscava a enganar-se” (Machel, 1976, p.5). Mas hoje em dia é mais complicado, as coisas não são assim tão óbvias:

[...] há os [inimigos] que são difíceis de detectar [...] Tomemos um inimigo que existe no nosso espírito [...] Como travar o combate contra esse veneno escondido [...] que se multiplica e muda de aspecto? [...] Uma vez ainda trata-se de travar num combate interno, a nível individual [...] Ver o povo como objecto da nossa acção não faz sentido nenhum. Se eu a nível individual não me libertar, como poderia contribuir para a libertação do meu povo?

[...] alguns perguntam: “A luta continua contra quem, se o colonialismo já caiu?” [...] Eis um inimigo muito mais perigoso. Quando se trava, como nós, a luta a nível ideológico, a tarefa é muito difícil. Não basta ler nem estudar, nem de boa vontade. É preciso a todo o momento situar o inimigo e atacá-lo. Porque ainda hoje [...] *poderíamos perder a nossa batalha revolucionária* (Machel, 1976, p.5, grifo nosso).

Ao apresentar estes argumentos à população em geral, o governo optou por um discurso simplificador. A 16 de Julho de 1977, poucos meses após o III Congresso, no qual o movimento de libertação se transformou formalmente num partido de vanguarda, o Conselho de Ministros moçambicano realizou uma sessão especial alargada, que incluiu não só ministros do governo, mas também governadores provinciais. A agenda consistia numa ampla análise dos problemas que o país enfrentava, província a província, e na identificação de medidas adequadas para os resolver. O documento resultante da reunião, intitulado *Como Age o Inimigo*, foi publicado tanto em formato de brochura (Partido Frelimo, 1977a) como na íntegra na revista *Tempo* (Partido Frelimo, 1977b), com um breve comentário. O argumento neste texto, contudo, era bastante redutor e tendencioso, como veremos.

A reunião centrou-se em quatro áreas de preocupação específicas – mas intimamente e interligadas – a saber: abastecimento (carências graves de produtos essenciais); falhas no funcionamento do aparelho do Estado; quadros sabotadores e indisciplinados no seio do aparelho de Estado; e, por último, uma categoria preguiçosamente concebida de “outras deficiências e problemas”. Isto incluía o que foi denominado de uma “recusa” em aprender com a experiência das zonas libertadas (Partido Frelimo, 1977a, p.3-7). A análise parte do pressuposto de que o golpe de 25 de Abril em Portugal foi, na realidade, nada mais do que simplesmente

[...] uma desesperada tentativa de contrariar o impetuoso avanço do processo revolucionário em curso nas colónias em luta, propondo-se encontrar soluções de tipo neocolonial que salvaguardassem os interesses colonial-capitalistas seriamente ameaçados” (Partido Frelimo, 1977a, p.9).

A partir deste ponto, o documento defende que a principal razão pela qual Moçambique, recém-independente, estava a enfrentar diversas dificuldades era “ações deliberadas [...] contra a nossa economia, desenvolvidos pelo inimigo externo e seus agentes no nosso seio (Partido Frelimo, 1977a, p.11). Nesta perspectiva, nenhuma das dificuldades pode ser atribuída a uma combinação de factores como a grave falta de pessoal e o excesso de “voluntarismo”, juntamente com inegáveis tentativas externas de sabotagem, especialmente da Rodésia e da África do Sul. O documento enumera alguns exemplos de ações hostis, como a produção de notas bancárias falsificadas, a entrega de equipamentos industriais ao destino errado, faturas com sobrefaturação ou subfaturação de mercadorias importadas, entre outras coisas. Não restam dúvidas de que a ascensão ao poder de um governo declaradamente marxista-leninista em Moçambique resultou em todo o tipo de intrigas e estratégias, e que o novo governo, carente de quadros e lidando com uma burocracia frequentemente hostil, teve dificuldades em implementar políticas de forma eficaz. Mas nenhum dos problemas é visto como inerente à situação; são vistos, antes, como parte de uma vasta conspiração imperialista.

[...] estas agressões não são actos isolados de um regime desesperado. Estamos a assistir à aplicação de um vasto plano que corresponde à tática actual do imperialismo contra os governos populares, os governos que realizam os interesses do povo. Segundo os novos métodos, o imperialismo combina a agressão, a subversão, a sabotagem económica e a desorganização geral. Diminui a produção, criando indisciplina no seio das empresas, recusando-se ou atrasando-se a fornecer máquinas e peças sobressalentes, desorganiza a rede de transportes, estimula o esbanjamento e o desperdício. De uma maneira geral o imperialismo procura atingir as condições de vida das massas, criar dificuldades de abastecimento, fundamentalmente procura criar descontentamento no seio do povo (Partido Frelimo, 1977a, p.13).

Estes trechos, e outros no mesmo documento, são manifestações daquilo a que o filósofo francês Paul Ricœur chamou, num contexto literário, a “hermenêutica da suspeita”, segundo a qual as aparências superficiais obscurecem forças ocultas que atuam na sociedade; embora esta seja claramente uma abordagem eminentemente razoável à análise social, facilmente descamba para a paranoia, e aparentemente com bastante rapidez. De facto, Machel e alguns elementos do Partido Frelimo reconheceram, em conjunturas específicas, que nem todas as políticas podiam razoavelmente dar frutos no imediato, e que as coisas podem ser malsucedidas por si só. Numa reunião na província de Gaza, em Junho de 1978, por exemplo, um Machel enraivecido exigiu aos seus ouvintes que moderassem as suas expectativas mais extravagantes à luz de uma avaliação da situação real.:

[...] eu sei o que é que vocês querem, é que a criança nasca hoje e amanhã comece a andar. Quantos meses terá na barriga da mãe, e depois, para se levantar e pôr-se de pé? Quanto tempo leva? É um ano, são doze meses, não é? E depois, para deixar de mamar? Hem? É um ano e meio, não é? Hem? Se não tem uma vaca para lhe fornecer leite, pode desmamantar em um ano e meio? A criança pode comer mandioca, batata-doce com um ano e meio? A criança pode comer milho terrado, mandioca? Se demamantares com um ano e meio o que é que esperas dar? Respondem vocês, as mães! Dão papas [*wursa*], é isso, não é? Se for desmamantada com um ano e meio, o que espera dar, hem? Respondem vocês, as mães, o que é que dao? É agora para começar a ir para a escola e começar a falar, são quantos meses (Machel, 1978).

Em Vez de uma Conclusão

Tanto na Guiné-Bissau como em Moçambique, o sistema do colonialismo português enquanto *inimigo principal*, tinha sido derrotado até os finais de 1973. A luta na Guiné-Bissau, travada pelo PAIGC, foi indubitavelmente a mais feroz dos três conflitos independentistas e levou as forças armadas portuguesas “à beira do colapso militar total” (Macqueen, 1999, p.209); conseqüentemente, foi possível uma declaração unilateral de independência aos 24 de Setembro de 1973, uns meses antes do golpe de Estado português em Lisboa. Semelhantemente, em Moçambique, os portugueses tinham – no mínimo – perdido definitivamente a iniciativa à FRELIMO no final de 1973 ou no início de 1974 (Bragança, 1981, p. xii; Macqueen, 2017, p.49-50). A situação angolana na altura era complicada pela presença da FNLA e a UNITA, bem como múltiplos “actores externos” (Schmidt, 2013, p.82-83). A mais flagrante intervenção foi a invasão das zonas meridionais de Angola pelas Forças de Defesa da África do Sul (a SADF) a 14 de Outubro de 1975, a chamada “Operação Savana” – e elemento-chave na tentativa liderada pelos EUA de sabotar a independência angolana.

Após a independência, porém, em os três territórios onde se travou a luta armada, o “inimigo” emergiu em breve sob novas e ferozes formas. Desde a independência, a Guiné-Bissau tem sofrido três golpes militares, uns assassinatos e uma guerra civil em 1998-1999, mantendo-se até hoje institucionalmente muito frágil (Pedrosa de Sousa, Herpolsheimer & Cuadrado, 2025). O conflito extremamente oneroso do governo moçambicano com a RENAMO, patrocinado primeiro pela Rodésia a partir de 1977 e depois pela África do Sul após 1980, adquiriu uma dinâmica própria, antes de ser encerrado pelo profundamente insatisfatório Acordo Geral de Paz de Outubro de 1992. A

guerra angolana entre o governo do MPLA e a UNITA prolongou-se até 2002 e provocou danos sociais e económicos devastadores. Em ambos os países, os sistemas políticos que emergiram, gostaria de sugerir, podem ser descritos, de forma adequada, como “um pouco de democracia e muita oligarquia” (Canfora, 2004, p.315).

A questão permanece, portanto, mesmo após cinquenta anos ou mais de independência, e depois de as armas terem finalmente silenciadas: quem é afinal o inimigo actual e quais são os seus objectivos? Quem beneficiou da fragilidade e instabilidade da Guiné-Bissau? Quem lucrou com as décadas de conflito em Angola e Moçambique? Além disso, dada a brutalidade traumatizante dos longos conflitos em Angola e Moçambique após as independências, será que a distinção moral entre “inimigo” e “criminoso” foi finalmente dissolvida, como argumentou Galli (2009, p.208)? De facto, será ainda adequada a caracterização insensível e desvinculada dos conflitos armados africanos como meras “guerras civis” ou será que é afinal uma forma deliberada de silenciamento? (Depelchin, 2005).

Para Samora Machel, o próximo passo após a eliminação das identificações do inimigo erradas foi procurar a solidariedade de ideias, uma “identidade ideológica” que podia resultar na “definição correcta do inimigo” (Machel, 1977, p.62). A ideologia era o elemento-chave: tanto a FRELIMO enquanto ainda frente como o MPLA queriam transformar-se em “partidos de vanguarda” o mais rapidamente possível como pré-condição para a transformação social – no caso angolano isto começou de se manifestar já em 1968. O problema em ambos os casos era, nas palavras de Paulo Jorge em 1973, que era “necessário preparar um número suficiente de quadros, de militantes *com um elevado nível de consciência política e ideológica*” (Bragança e Wallerstein, 1978, vol.3, p.280, grifo nosso) e este processo tardou. Samora deixou também claro em 1975 que era demasiado cedo para criar um partido (Machel, 1975a). A preocupação era sobretudo ideológica, mas em ambos os casos foi dado um salto de fé, cheio de “voluntarismo”, e partidos vanguardistas foram formalmente anunciados, apenas para serem eventualmente abandonados. Olhando para trás, ao meio século de independências das ex-colónias portuguesas, não é descabido argumentar que, na verdade, a batalha revolucionária a que Machel e Cabral e Pinto de Andrade e os outros se referiam se perdeu, pelo menos por enquanto, e o pan-africanismo implícita nas atividades de Bragança e os seus camaradas está para já também derrubado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bragança, A. (1979, abril–maio). *As origens da FRELIMO* [Gravação de palestras no arquivo particular do autor].

Bragança, A. (1981, dezembro 29). Em Moçambique não houve descolonização. *Diário de Lisboa*, xii.

Bragança, A. (1986). Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974–1975. Notas sobre os seus antecedentes. *Estudos Moçambicanos*, 5/6, 7–28. <https://tinyurl.com/37jxexf3>

Bragança, A., & Wallerstein, I. (1978). *Quem é o inimigo?* (3 vols.). Iniciativas.

Bragança, A., & Wallerstein, I. (1982). *The African liberation reader* (3 vols.). Zed Books.

Bragança, S. (2009). *Aquino de Bragança: Batalhas ganhas, sonhos a continuar*. Ndjira.

Cabral, A. (1965). Discurso na sessão plenária de 5 de outubro de 1965 da II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. In *La Conférence de Dar-es-Salaam*. CONCP. http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2767/t_info/

Cabral, A. (1980). A arma da teoria. In C. Comitini (Org.), *Amílcar Cabral: A arma da teoria*. CODECRI.

Canfora, L. (2004). *La democrazia: Storia di un'ideologia*. Editori Laterza.

Centro de Estudos Africanos. (1983). Editorial. *Não Vamos Esquecer*, 1, 3–5.

Davidson, B. (1984). [Resenha do livro *The African liberation reader*]. *Africa: Journal of the International African Institute*, 54(3), 117–118. <http://www.jstor.org/stable/1160749>

De La Serre, F. (1966). Les revendications marocaines sur la Mauritanie. *Revue française de science politique*, 16(2), 320–331. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1966.418461>

Depelchin, J. (2005). *Silences in African history: Between the syndromes of discovery and abolition*. Mkuki na Nyota.

Dias, L. (2022). *Revolução na nossa terra: Amílcar Cabral e o marxismo*. Lutas Anticapital.

Duarte Silva, A. (2024). *Amílcar Cabral e o fim do império: Independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde*. Temas e Debates.

Gabbas, M. (2021). Hatred and enemy in Fanon and in the Algerian revolution. *Tensões Mundiais*, 17(34), 29–54.

<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/4647/6013>

Gaitonde, P. D. (2018). *A libertação de Goa*. Tinta-da-China.

Galli, C. (2009). On war and on the enemy. *New Centennial Review*, 9(2), 195–219.

<https://doi.org/10.1353/ncr.0.0070>

Grier, B., & Kinsman, M. (1977). *Inventory of select documents from the Immanuel Wallerstein collection of political ephemera of the liberation movements of Lusophone Africa and Anglophone Southern Africa (1958–1975) on microfilm*. Yale University Library.

Guicciardini, F. (1994). *Ricordi* (G. Masi, Ed.). Einaudi.

Larmer, M., & Lecocq, B. (2018). Historicising nationalism in Africa. *Nations and Nationalism*, 24(4), 893–917. <https://doi.org/10.1111/nana.12448>

Machel, S. (1975a, junho). Samora Moisés Machel, President of the Mozambique Liberation Front (FRELIMO), speaks to Africa. *Africa*, 46, 78–81.

Machel, S. (1975b, maio 26). Discurso do Presidente na Base Central 2.º Sector – Cabo Delgado [Manuscrito no arquivo particular do autor].

Machel, S. (1976, maio 22). O segredo da Frelimo: Problema ideológico é fundamental no desenvolvimento da nossa luta. *Notícias*, 5, 7.

Machel, S. (1977, outubro 23). Entrevista: Encontramos solidariedade. *Tempo*, 368, 62.

Machel, S. (1978, junho 16). Todos juntos a ceifar o arroz! Não há lugar para preguiçosos na RPM. *Notícias*.

Macqueen, N. (1999). Portugal's first domino: Pluricontinentalism and colonial war in Guinea-Bissau, 1963–1974. *Contemporary European History*, 8(2), 209–230.

Macqueen, N. (2017). O balanço militar em 1974 nos três teatros de operações. In F. Rosas, M. Machaqueiro, & P. Aires Oliveira (Orgs.), *O adeus ao império: Quarenta anos de descolonização portuguesa* (pp. 44–59). Veja.

Martins, S. (2025). From Casablanca to Algiers: The internationalisation and solidarity with anticolonial movements from Portuguese-speaking Africa, 1961 to 1974. In P. Aires Oliveira, F. Tavares Pimenta, & A. Almada e Santos (Orgs.), *The liberation of Portuguese Africa, 1961–1975: International exile and solidarity* (pp. 167–193). Palgrave Macmillan.

Matusse, R. (2018). *João Naftal Cháuque: O enfermeiro na guerrilha libertária e na construção do Estado moçambicano*. Edição do Autor.

Mondaini, M. (Org.). (2014). *Sonhar é preciso: Aquino de Bragança, independência e revolução na África Portuguesa, 1980–1986*. Editora UFPE.

Monimambu, S. (1973). *Interviews in depth: Angola, MPLA*. LSM Information Center.

Mozambique History Net. (2011). *Aquino de Bragança, 1924–1986*.

<https://www.mozambiquehistory.net/aquino.php>

Neto, A. (1974). *Quem é o inimigo? Qual é o nosso objectivo?* Edições Maria da Fonte.

Partido Frelimo. (1977a). *Como age o inimigo: Análise política da situação económica e social do País em comunicado do Conselho de Ministros*. Departamento de Trabalho Ideológico.

Partido Frelimo. (1977b, julho 24). Como age o inimigo: Análise política da situação económica e social do País em comunicado do Conselho de Ministros. *Tempo*, 355, 58–63.

Pedrosa de Sousa, R. R., Herpolsheimer, J., & Cuadrado, J. (Orgs.). (2025). *Political instability in Guinea-Bissau*. Routledge.

PIDE. (1961, dezembro 4). Informação n.º 1.692/61-GU [Sobre o Seminário sobre as Colónias Portuguesas em Nova Delhi]. <https://www.jstor.org/stable/al.sff.document.pt-tt-pide-d-f1010yy>

Pinto de Andrade, M. (1997). *Mário Pinto de Andrade: Uma entrevista a Michel Laban*. Edições João Sá da Costa.

Rocha, E. (2002). *Angola: Contribuição ao estudo do nacionalismo moderno angolano, período de 1950–1964* (2 vols.). Kilombelombe.

Schmidt, E. (2013). *Foreign intervention in Africa from the Cold War to the War on Terror*. Cambridge University Press.

Serrano, C. (2008). *Angola, nascimento de uma nação: Um estudo sobre a construção da identidade nacional*. Kilombelombe.

Sithole, N. (1974). *We are our own liberators: Presidential address by Comrade Ndabaningi Sithole at the Party Congress in Gwelo on May 21–23, 1964*. Zimbabwe African National Union.

Sousa Santos, B. (2012). Aquino de Bragança: Criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul. In T. Cruz e Silva, J. P. Borges Coelho, & A. Neves de Souto (Orgs.), *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. CODESRIA.

Tornimbeni, C. (2022). The CONCP in Southern Africa and the OAU's Liberation Committee: Settling internal disputes for the independence of Angola and Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 48(6), 1099–1117.

<https://doi.org/10.1080/03057070.2022.2136448>

Zeilig, L. (2021). *Franz Fanon: A political biography* (2nd ed.). I. B. Tauris.